

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
(Texto da Oração proferida pela Prof. Boaventura
de Sousa Santos na cerimónia de Doutoramento
Honoris Causa do Presidente do Brasil)

nº 51
Julho 1995

Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087, 3000 Coimbra

TEXTO DA ORAÇÃO PROFERIDA PELO PROFESSOR BOAVENTURA DE SOUSA
SANTOS NA CERIMÓNIA DE DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA DO PRESIDENTE DO
BRASIL, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SALA DOS CAPELOS,
EM 21 DE JULHO DE 1995.

Senhor Presidente da República

Magnífico Reitor

Autoridades académicas, civis, militares e religiosas

Senhores Doutores

Senhores Assistentes e Investigadores

Senhores Estudantes

Senhores Funcionários

Senhoras e Senhores

Fernando Henrique Cardoso vai em breve pedir ao Magnífico Reitor a imposição da laurea doutoral em sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Apresenta-o e afiança-o no seu pedido Mário Soares, Presidente da República Portuguesa.

Sendo uma cerimónia que segue um ritual de séculos, é uma cerimónia única e eu considero-me privilegiado por ter nela um papel activo. Única, antes de mais, porque não me lembro de, em época recente, o grau de doutor *Honoris Causa* ser atribuído a alguém que a ele tem pleno de direito na dupla qualidade de personalidade política e de personalidade científica.

Sabemos que não é hoje pacífica na nossa universidade a concessão dos chamados doutoramentos políticos. Segundo alguns, a *honoris causa* do

doutoramento deve ser sempre científica e só as vicissitudes históricas de submissão da Universidade ao poder político fazem com que haja doutoramentos políticos. Podemos mesmo dizer que esta posição terá sido fortalecida, na actual conjuntura, que atravessamos, das relações entre o Estado e a universidade. Muitos dos professores aqui presentes, entre os quais orgulhosamente me incluo, estão a sair de uma greve, em luta pela dignificação do ensino superior, contra um governo politicamente míope que, num país de analfabetos funcionais, transformou a hostilidade à universidade em política orçamental e eleitoral.

A propósito, teria de dizer, daqui, aos colegas brasileiros e aos seus reitores que, pese embora a eventual justeza de algumas suas preocupações recentes, manifestadas por eles e pelo Conselho de Reitores das Universidades brasileiras, a política universitária do governo brasileiro e a autonomia das universidades não têm comparação possível com a mesquinhez política com que temos de conviver aqui, dia a dia. É caso de vos pedir que nos devolvam pelo mesmo correio, do Chico Buarque, e com a mesma urgência, um cheirinho de alecrim. Ou, quiçá, o correio terá sido agora outro, o do Fernando Henrique Cardoso. É que sinto respirar-se nesta sala um forte cheirinho de alecrim.

A mensagem política deste doutoramento é, pois, científica. E é por isso que esta cerimónia é única. Mas ela é única ainda por outra razão. Os doutoramentos *honoris causa* são muitas vezes decisões de conjuntura, determinadas por oportunidades ou voluntarismos de momento. Não é este, de modo nenhum, o caso presente. Este doutoramento está planeado desde há, precisamente, cinco anos, quando, em Julho de 1990, a Faculdade de Economia, através do Centro de Estudos Sociais, organizou o primeiro Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Sem menosprezo para

ninguém, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes foram, nesse Congresso, o par mais insigne de sociólogos. Na impossibilidade prática de conferirmos aos dois o doutoramento *honoris causa*, conferimo-lo a Florestan, por todos considerado o fundador da sociologia científica brasileira e mestre de Fernando Henrique, antes de ser seu colega, e a quem este aliás dedicou a sua tese de doutoramento, "com reconhecimento e amizade", "pela influência construtiva que exerce no desenvolvimento da sociologia do Brasil". Ficou, no entanto, decidido por unanimidade e com entusiasmo que, na primeira oportunidade, esse grau seria igualmente conferido a Fernando Henrique Cardoso. Aqui estamos hoje, num mundo que entretanto deu tantas voltas e nos deu tantas voltas, a honrar, com o entusiasmo intocado, a decisão de há cinco anos.

E porque a razão tem simetrias que a razão desconhece, Fernando Henrique não poderia ter melhor apresentante que Mário Soares. Mário Soares é hoje, mais do que nunca e mais do que nenhum outro Presidente da nossa história contemporânea, o Presidente de todos os portugueses. Um feito notável numa sociedade de tanta heterogeneidade estrutural, pasmada de mudanças que não mudam e antes parecem ficar à porta das transformações necessárias, excitada com progressos que não progridem senão pelo rio cada vez mais caudaloso que divide o país entre ricos e pobres, corruptos e honestos, prenhe de vitalidade que definha à porta das fábricas a falir e da agricultura enterrada em sua própria terra; uma sociedade, finalmente, que sonhou com o exaltante banquete da integração europeia e que parece ter de contentar-se com o piquenique rasca da integração ibérica, nas margens eucaliptadas de rios com águas emprestadas por usurários.

Como é possível, pois, que numa sociedade em tempo tão destemperado

Mário Soares seja hoje o incontestado Presidente de todos os portugueses? Em meu entender, porque o Presidente Mário Soares ensinou o político Mário Soares a transformar-se no sociólogo Mário Soares. De facto, quem lê os últimos livros de Mário Soares e, nomeadamente, o prefácio do último livro, colhe a impressão distinta que esta década ensinou muito a Mário Soares sobre as realidades sociológicas do país a que ele tem presidido, ensinou-o a ver o país de baixo para cima, do sofrimento de muitos para a opulência de poucos, dos vícios privados para as virtudes públicas, do silêncio da exclusão social para os discursos oficiais da convergência nominal com a Europa, da sonegação prática dos direitos para os tambores teóricos da Constituição, do Estado que é privatizado pelo clientelismo para o Estado que privatiza. É esta a visão própria da sociologia que Mário Soares aprendeu nestes anos. Como se à força de questionar cada vez mais profundamente o seu desempenho e o do sistema político a que preside, encontrasse, de repente, a cara lavada de um país aflito mas digno a lutar em tempos difíceis pela sua auto-estima.

E se esta é a visão própria da sociologia, que melhor mestre dela que Fernando Henrique Cardoso? E aqui reside a simetria. Se o presidente Mário Soares ensinou o político Mário Soares a ser o sociólogo Mário Soares, em que medida é que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso ensinará o político Fernando Henrique Cardoso a ser o Presidente Fernando Henrique Cardoso?

Comecemos pelo básico. Fernando Henrique Cardoso é um dos mais brilhantes e mais respeitados sociólogos do mundo; não apenas do Brasil ou da América Latina, mas do mundo. O facto de ter sido, entre 1982 e 1986, o Presidente da Associação Internacional de Sociologia é apenas um dos testemunhos e nem sequer o mais eloquente disso mesmo. O mais eloquente é, obviamente, o reconhecimento universal da sua obra, as traduções dos seus

livros em muitas línguas, o seu magistério nas universidades mais famosas, a influência maciça das suas teorias e dos seus conceitos, mesmo em camadas mais jovens de sociólogos que nem sequer tiveram contacto directo com a sua obra.

Quais são as razões deste reconhecimento? Há uma razão que não pode ser objecto de análise porque é um privilégio dos deuses dá-la ou tirá-la: Fernando Henrique Cardoso é um homem excepcionalmente inteligente, de uma inteligência analítica e fulgurante a um tempo. Já que esta razão pertence aos deuses, ocupemo-nos das que são deste mundo. Distingo duas. Em primeiro lugar, Fernando Henrique Cardoso domina como poucos a tradição sociológica universal, e a partir desse domínio inova teórica e conceptualmente de modo a dar conta das especificidades da sociedade brasileira, especificidades que, entretanto, longe de se entenderem como solipcismos idiossincráticos, decorrem do modo próprio e mutante como a sociedade brasileira se insere no sistema mundial. Esta postura científica afirma-se bem cedo, logo na sua tese de doutoramento, publicada em 1962, sobre o *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, resultado de uma investigação feita sob a orientação de Florestan Fernandes e em colaboração com outro importante sociólogo, também ele fundador do nosso Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Octavio Ianni. Fernando Henrique Cardoso define, como seu problema teórico central, o de qualificar a sociedade brasileira, uma sociedade que, sendo capitalista e integrada no sistema mundial, não era uma sociedade de capitalismo moderno, do tipo existente nos países do Norte, mas que não o sendo, tão pouco era uma sociedade feudal. Daí, a caracterização do capitalismo mercantil escravista, servido pelos conceitos de patrimonialismo e de casta escrava.

Este acúmen teórico e analítico marca todo o seu trabalho científico posterior, particularmente o conjunto de obras escritas entre meados da década de sessenta e meados da década de setenta, que constituem o núcleo duro da obra de Fernando Henrique e em que distingo *O Empresariado Industrial e Desenvolvimento Económico no Brasil* (1964), *Dependência y Desarrollo en América Latina* (1969), de parceria com Enzo Faletto, *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro* (1971), o *Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio* (1972) e *Autoritarismo e Democratização* (1975). Trata-se de um conjunto notável em que Fernando Henrique estabelece uma matriz teórica e analítica adequada a compreender a situação histórica e as transformações profundas, dramáticas e até traumáticas por que passou a sociedade brasileira nesta década crucial, uma matriz suficientemente dúctil para analisar outras sociedades latino-americanas e até outras sociedades do chamado Terceiro Mundo noutros continentes.

A traço muito grosso, eis o perfil geral dessa matriz. Antes de mais, a teoria da dependência que, mais tarde, Fernando Henrique preferirá designar como análises concretas de situações de dependência. Contra as teorias então dominantes da modernização e das etapas do desenvolvimento, Fernando Henrique defende que o padrão de desenvolvimento das sociedades latino-americanas não é explicável dentro do marco nacional dessas sociedades e que os processos económicos que nelas ocorrem, sobretudo os da industrialização, não são compreensíveis abstraindo da situação histórica e das condições sociais e políticas dessa sociedades. Criticando as ideias que aferravam estas sociedades ao destino do subdesenvolvimento e da periferia económica, Fernando Henrique defende que o desenvolvimento é possível

precisamente porque é capitalista, isto é, porque ocorre no seio do processo de expansão do sistema capitalista internacional e nas condições políticas em que este opera. Esse desenvolvimento é dependente, por um lado, porque decorre do próprio processo histórico de constituição de periferias no sistema capitalista mundial e, por outro lado, porque este sistema, enquanto sistema económico e enquanto sistema político, cria condicionamentos externos decisivos ao processo de desenvolvimento. No entanto, e este é um aspecto crucial da teoria, estes factores externos não actuam de fora, como algo estranho à sociedade dependente; pelo contrário, inscrevem-se estruturalmente no interior dessas sociedades, no modo como as classes sociais se articulam entre si e com o Estado e no tipo de organização económica e política que prevalece nelas.

Em termos terra-a-terra, o facto de um país se industrializar e crescer muito economicamente, não significa por isso que se estejam a quebrar os laços de dependência em relação aos países centrais, hegemónicos. Bem pelo contrário, essa dependência aprofunda-se, tanto no tipo de modelo económico que domina, como na distribuição da riqueza, nas políticas sociais, na organização do Estado ou mesmo no tipo de regime político adoptado. E, por outro lado, os “interesses externos”, longe de se reduzirem aos sectores exportadores, radicam cada vez mais no sector da produção para o mercado interno e, conseqüentemente, alicerçam-se em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas. Desta ideia central de desenvolvimento dependente, que Fernando Henrique Cardoso passará a designar, mais tarde, por desenvolvimento dependente-associado, brota uma plétora de conceitos e de dispositivos analíticos. Por exemplo, a ideia de que a burguesia industrial depende das benesses do Estado, mas não assume as suas responsabilidades

públicas, ou seja, não tem um projecto político próprio de hegemonia nacional; pelo contrário, subordina todas as transformações internas, as políticas, inclusivé, e as alianças de classe ao objectivo prioritário do desenvolvimento dependente e internacionalizado. O conceito verdadeiramente premonitório na época em que foi formulado da “internacionalização do mercado interno”, para caracterizar a situação de controle crescente do sistema económico das nações dependentes pelas grandes empresas multinacionais. O conceito de burguesia de Estado para caracterizar uma fracção da burguesia cuja fonte de acumulação reside no sector empresarial do Estado e, em geral, na intervenção crescente do Estado na economia. O conceito de aneis burocráticos para definir os modos como as forças económicas dominantes injectam os seus interesses nas agendas políticas da administração estatal, encarregadas de tomar decisões que os afectam, um conceito em que eu próprio me inspirei para desenvolver a distinção entre sociedade civil íntima e sociedade civil estranha.

Podia continuar por muito tempo esta enumeração mas penso que a já feita é bastante para avaliar do elevado quilate da obra de Fernando Henrique Cardoso, justificadora, só por si, do seu reconhecimento mundial. Mas, como disse acima, uma outra razão faz de peanha a esse reconhecimento: o pendor crítico do seu pensamento, crítico de todos os dogmatismos, de todas as ortodoxias, de todas as ideias feitas, de todos os consensos produzidos pela indolência da vontade ou da razão, crítico enfim das suas próprias teorias, como, por exemplo, da teoria da independência. Este domínio da reflexividade tem sido a fonte inesgotável do carácter inovador da sua acção e do seu pensamento, da sua capacidade para ir à frente da realidade constituída, para captar tendências, para subscrever com entusiasmo ideias minoritárias que, mais tarde ou mais cedo, se transformam em património comum dos seus

próprios opositores. Esta característica confere à postura científica e política de Fernando Henrique Cardoso uma ductilidade tal que levou Francisco Weffort, outro grande cientista social brasileiro, hoje Ministro da Cultura do Governo de Fernando Henrique Cardoso, a defini-lo como o intelectual das identidades difíceis ou complexas, o intelectual da aceleração da história que, na vertigem da sua carreira de muitos cambiantes, é o testemunho vivo dos trinta anos mais rápidos da história contemporânea do Brasil.

Na obra e na vida de Fernando Henrique Cardoso são múltiplos os testemunhos desta postura. Começo pela obra e respigo ao acaso. Num notável esquiço de biografia intelectual que é a nota à 2ª edição da sua tese de doutoramento, de 1977, Fernando Henrique Cardoso dá-nos conta do entusiasmo com que partilhou a obsessão de Florestan Fernandes “de desenvolver uma sociologia que não fosse constatação positiva da ordem predominante”, mas acrescenta, desde logo, a forma crítica como usou o método dialéctico, evitando o cientificismo marxista, dos determinismos, da falsa consciência e do desvio ideológico. E conclui: “Sei que tirando do espírito estas muletas da crença muitos se desesperam ao vislumbrar que o mundo da acção contém um horizonte dentro do qual as opções e os erros são sempre possíveis e, portanto, que a ciência e a vida não diferem tão radicalmente uma da outra nesse aspecto”.

Esta abertura à indeterminação da acção e à contingência histórica faz com que a busca do lugar das ideias, que Fernando Henrique contrapõe às ideias fora do lugar do seu colega Roberto Schwarz, seja uma busca quase desesperada porque, num mundo de mudança acelerada, as ideias não se limitam a mudar para acompanhar a mudança dos objectos de reflexão, mudam por via deles. Ou seja, porque as reflexões são também reflexos. Esta busca de

identidade difícil e quase à beira do abismo está presente em Fernando Henrique Cardoso, por um lado, na reconstrução incessante da identidade da tradição crítica e de esquerda em que se formou e, por outro, no modo como, sobretudo a partir da década de setenta, procura combinar a análise sociológica com a intervenção política.

A tradição crítica é, em Fernando Henrique Cardoso, o acicate constante para questionar toda a rotina instituída, de esquerda ou de direita, sua ou alheia, e para o fazer em nome de uma mudança social cujas direcções possíveis antevê e procura condicionar a favor dos seus ideais, mesmo que contra as suas ideias. Num livro marcante de meados da década de setenta, assume plenamente que as suas análises buscam “delinear as insuficiências das soluções autoritárias e vislumbrar onde e de que forma são possíveis alternativas democráticas e igualitárias”. E acrescenta, com uma candura quase irónica: “este estilo de análise não é novo. É possível encontrar nas longínquas raízes lusitanas da nossa cultura, tradição e legitimidade para os esforços da síntese entre o analisar e o querer”. Num texto de 1982, escrito em memória de Poulantzas, flagela todo o espectro político por ser incapaz de uma relação adequada com o Estado e por não saber constituir uma verdadeira e moderna politização da sociedade civil, capaz de servir de suporte social a uma transformação social e política progressista. Enquanto a direita e a velha esquerda não vêem senão o Estado que lhes garante a sua reprodução social, os “puros” das oposições sindicais e das correntes esquerdistas não sabem ser senão contra-poderes, incapazes de politizar o Estado por dentro. As fraquezas de uma democracia construída nestas bases levam-no a terminar com uma advertência sobre o novo ciclo que se avizinha: “Barbas de molho, porque o capitalismo que aqui impera é o ianque da segunda metade do século XX.

Difícilmente ele será parteiro de uma sociedade que floresceu na Europa até ao fim da metade deste século”.

Quatro anos depois, volta ao seu tema de sempre — os problemas da mudança social. Arrimado em Touraine e em Boudon, declara-se cada vez mais sensível aos caprichos da história, à variabilidade dos processos históricos. Insurge-se contra qualquer pretensão egocêntrica de ver no mundo ocidental o modelo único e proclama: “Ao invés de um resultado único, homogeneizador, universal, uma distribuição mais nuanceada e rica de alternativas históricas”. Contra pessimismos metafísicos e em jeito de programa político, afirma que “especialmente os países do Terceiro Mundo continuam apostando no crescimento económico, à condição de que o tema da igualdade — entre regiões e entre classes — tempere o ímpeto acumulativo”. De facto, o valor da igualdade permanece intacto para Fernando Henrique Cardoso, o grande valor do século XIX que, segundo ele, pertence ao nosso século resolver. Por isso, conclui: “Para que as mudanças ocorram com força não se precisa só de um dogma mas de uma utopia. A da nossa época, do fim do milénio, existe e é gritante: a luta para acabar com a pobreza”.

Este programa vinha de longe, da síntese quase inata entre o analisar e o querer, acima referida, e em que se foi caldeando progressivamente o sociólogo político com o político sociólogo. Aliás, a primeira intervenção política notória foi-lhe imposta pela ditadura militar de 1964. Foi o exílio no Chile e noutros países e a luta pela liberdade e pela democracia que o levou a fundar em 1969 o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), anos mais tarde considerado o melhor centro de investigação sociológica do Brasil e talvez da América Latina, que o levou a peregrinar pelas melhores universidades europeias e norte-americanas, dando início a uma carreira internacional

brilhante, sem dúvida, o único contributo útil dos militares para a sociologia brasileira.

Com a transição democrática, a carreira política do Fernando Henrique Cardoso conheceu novos rumos. Em 1978, a primeira campanha para o Senado; em 1982, membro fundador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; em 1983, Senador da República, reeleito em 1986; em 1988, fundador do Partido da Social Democracia Brasileira; de 1988 a 1992, líder do PSDB no Senado; de 1992 a 1994, membro do Governo Itamar Franco, primeiro, como Ministro das Relações Exteriores e, depois, Ministro da Fazenda. Enquanto ocupante desta pasta, gizou o Plano Real que constituiu uma das alavancas principais com que, em 3 de Outubro último, culminou de forma brilhante, uma brilhante carreira política, ao ser eleito, logo na primeira volta, Presidente da República Federativa do Brasil.

Com a investidura do sociólogo Fernando Henrique Cardoso no cargo de Presidente do país irmão, a síntese entre o analisar e o querer atinge o ponto-limite da sua realização, mas estou certo de que, versado como é no método dialéctico, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso não poderá dispensar-se de perguntar se, dialecticamente, a realização-limite não trará consigo os limites da realização; e, nesse caso, se o máximo de consciência possível do sociólogo será bastante para evitar que tal aconteça. O discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimónia de posse no Congresso Nacional começa, após os introitos da praxe, com uma frase lapidar: "Sem arrogância mas com absoluta convicção, eu digo: este país vai dar certo". O dispositivo retórico desta frase é brilhante. A negação inicial da arrogância é fundamental para permitir a afirmação subliminar da arrogância de quem declara ter uma convicção absoluta e a manifesta de forma sentencial e egocêntrica: "eu digo". Mas este

egocentrismo explícito é meteórico e logo se esconde na descentração do que diz — "este país vai dar certo" — dito em vez daquilo que verdadeiramente quer dizer: eu vou dar certo.

Irá? Pese embora o carácter absoluto da convicção, estou certo de que esta pergunta é feita pelo próprio Fernando Henrique Cardoso. E é-o certamente por milhões e milhões de pessoas que, dentro e fora do Brasil, acompanham, vivem, celebram ou sofrem a apaixonante aventura do Presidente sociólogo. Neste momento, a pergunta é ela própria de retórica pois, em funções há meia dúzia de meses, é demasiado cedo para ser exigível ou sequer possível uma resposta. Mas é, contudo, uma pergunta válida, porque perguntar se Fernando Henrique Cardoso vai dar certo equivale a perguntar se o vasto e profundo conhecimento acumulado por ele sobre o Brasil no exercício do seu mester de sociólogo é suficientemente certo para, alimentado por uma convicção absoluta, devolver aos brasileiros a certeza da esperança. Isto significa que exactamente 482 anos depois, Fernando Henrique Cardoso se vingará de Maquiavel, lhe faz cheque-mate: o Príncipe Fernando Henrique Cardoso fica na contingência de ser aconselhado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso a ser exímio na governação. Como se desenrolará tal contingência? Vai, de facto, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso ensinar o político Fernando Henrique Cardoso a ser um bom Presidente, fiel ao programa de mudança social democrática e progressista há muito traçado ou, pelo contrário, vai o político Fernando Henrique Cardoso, feito Presidente, lembrar ao sociólogo Fernando Henrique Cardoso que os tempos mudaram e que as ideias, sem ele dar conta, saíam, entretanto, do seu lugar?

Dentro e fora do Brasil, adeptos e adversários, amigos e inimigos de Fernando Henrique Cardoso interrogam-se hoje assim quando se perguntam

sobre o futuro próximo do Brasil. E não surpreende que as preferências antecipadas de respostas vão em sentidos opostos. Uma personalidade fortíssima e uma inteligência acutilante e polêmica, como as de Fernando Henrique Cardoso, não podem deixar de suscitar sentimentos opostos e bem vinculados. Albert Hirschman, em artigo significativamente intitulado “A social democracia desloca-se para o sul”, publicado em 31 de Maio deste ano no diário *El País*, depois de salientar o papel crucial da estabilização da inflação, através do Plano Real, no êxito de Fernando Henrique Cardoso, define assim as três linhas fundamentais da sua governação para que dê certo e, com ela, o país: liberdade e democracia; desenvolvimento económico com estabilidade monetária; justiça social, salientando que esta e a luta contra a fome, a pobreza e a violência que ela envolve, é, de todos, o maior desafio com que se defronta o sociólogo Presidente. Dois dias antes, em entrevista à Folha de São Paulo, outro iminente sociólogo, Alain Touraine, afirmava quase o mesmo: que “o Plano Real é um plano marcado pela sociologia” e que o Brasil de Fernando Henrique Cardoso “é a primeira afirmação clara de que não há outra solução além da associação de liberalismo económico e intervenção social, a definição clássica da social democracia”.

Ao ouvir isto, que dirá o conselheiro-sociólogo Fernando Henrique Cardoso ao príncipe-presidente Fernando Henrique Cardoso? Não o aconselhará a pôr as barbas de molho já que, como vimos acima, ele considera que o capitalismo que domina na América é o capitalismo ianque e não o capitalismo europeu, berço da social democracia? Não lhe lembrará a teoria da dependência, que muitos pensam estar de volta, para o advertir de que o modelo liberal do capitalismo mundial, hoje em vigor, é incompatível com a ideia do Estado Providência? Ou, pelo contrário, e, como sempre, na crista

avançada das tendências, dir-lhe-á que este modelo começa já a entrar em crise e que daqui em diante novas alternativas históricas são possíveis? E porque não há-de ser o Brasil o primeiro país a dar testemunho delas? E não será o programa “Comunidade Solidária” dirigido pela insigne antropóloga Ruth Cardoso, ela também fundadora, aqui em Coimbra, do Congresso Luso-Afro-Brasileiro, um primeiro passo na construção de uma nova alternativa? Ou, pelo contrário, estará o sociólogo Fernando Henrique Cardoso de acordo com Paul Singer, seu antigo colega no CEBRAP, que, em declarações à Folha de São Paulo de há dias, afirmava que o Presidente Fernando Henrique Cardoso “parece ter políticas para reformar o Estado mas não toca na estrutura social”?

Aconselhado por si e por tantos, este Presidente, e o país com ele, vai por força dar certo. Como poderia eu, sociólogo de um pequeno país que parece estar a dar errado, ousar juntar os meus conselhos aos conselhos de tantos, tão mais insignes do que eu? Mas, por outro lado, como poderia eu ousar não o fazer? Primeiro conselho: Barbas de molho, Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o modelo social democrático está em crise na própria Europa, povoada já de Terceiros Mundos interiores. Se não há alternativa política ao Estado-Providência, há então que o reinventar profundamente. Segundo conselho: escreveu há anos que “não tem sentido um Ocidente arrogante e um Oriente humilhado, ou um Norte pretencioso e um Sul cabisbaixo”. E propunha a construção de um mundo “oriental”. É verdade que o Oriente está hoje menos humilhado mas não o é menos que o Norte está cada vez mais arrogante e o Sul cada vez mais cabisbaixo. Não deixe, pois, o crédito da sua teoria da dependência por mãos alheias. É verdade que não é preciso ser burro para se ser de esquerda, mas não o é menos que é preciso ser de esquerda para saber que as ideias dominantes tendem a ser as ideias da

classe dominante. Certo que a solução do Brasil não está apenas no Brasil, promova activamente o diálogo Sul-Sul como pré-condição de um autêntico diálogo Norte-Sul. Use para isso o novo contexto do Gatt, o Mercosul, a Agenda 21, a luta por novos critérios de propriedade industrial, a reforma da ONU que se avizinha. O Brasil tem todas as condições para isso. É uma das maiores economias do mundo, dificilmente contornável. O governo tem à sua esquerda um partido aguerrido que, mesmo na difícil luta contra Fernando Henrique Cardoso, conseguiu os votos de um quarto da população brasileira. A presença e a força de um tal partido, que o México não teve, é fundamental para desencorajar a retaliação da especulação financeira contra o real. Terceiro conselho: na liderança desse diálogo entre países periféricos e semiperiféricos, dê mais importância que a que tem dado até agora ao espaço da língua portuguesa. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso sabe que essa importância não se mede por somas de PIB ou por percentagens de comércio internacional e, antes reside numa ligação tricontinental única por onde terá de passar o diálogo entre os blocos regionais e onde se fará o teste decisivo, em relação à África, da reserva de solidariedade e de humanismo concreto que ainda resta num mundo atordoado pela competitividade sem limites. E não se esqueça de Timor Leste. Sabemos que existe a Indonésia e que o Brasil quer ser membro permanente do Conselho de Segurança, pretensão que todos apoiamos com entusiasmo; mas também sabemos que, em caso algum, o Brasil fará de Judas, o qual, aliás, burro e imprevidente, mal imaginava que, ao vender Cristo, o fazia por um preço tão reles, de saldo.

Magnífico Reitor

Estão diante de vós o candidato Fernando Henrique Cardoso e o seu apresentante, Mário Soares. Comungam ambos do ideal democrático da liberdade e da solidariedade, os mesmos que dão sentido último ao labor científico e cultural que levamos a cabo na nossa Faculdade e na nossa Universidade. Rogo, pois, Magnífico Reitor, a concessão do grau de doutor em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a Fernando Henrique Cardoso.

Coimbra, 21 de Julho de 1995